

REQUERIMENTO DE INSTITUIÇÃO DE CPI N° ____ DE 2008.
(Dos Senhores Luiz Bassuma, Miguel Martini, Pastor Manoel Ferreira e outros)

Requer a criação de Comissão Parlamentar de Inquérito para investigar denúncia feita pelo Ministro da Saúde, José Gomes Temporão, em entrevista no Programa Roda Viva da TV Cultura, no dia 16 abril de 2007, sobre a existência do comércio clandestino de substâncias abortivas e da prática do aborto no Brasil.

Senhor Presidente:

Requeremos a Vossa Excelência, nos termos do art. 58, §3º da Constituição Federal e na forma do art. 35 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, a instituição de Comissão Parlamentar de Inquérito para investigar a existência de comércio clandestino de substâncias abortivas, que constitui violação do Código Penal Brasileiro, em seus artigos 124 a 127, que tipificam o aborto como crime.

Os recursos humanos, materiais e financeiros para estadia, passagens, deslocamentos e diligências para oitiva de testemunhas durante o funcionamento dos trabalhos da CPI serão disponibilizados pela Câmara dos Deputados. O prazo de funcionamento da CPI será de 120 (cento e vinte) dias, prorrogável por até a metade e o número de membros será de 23 (vinte e três) deputados titulares e 23 (vinte e três) suplentes.

Justificativa

1. A denúncia do Ministro da Saúde do Brasil.

O Sr. Ministro José Gomes Temporão, Ministro da Saúde, em entrevista veiculada no Programa Roda Viva, da TV Cultura, em 16/04/2007, indagado por um entrevistador se ele tinha conhecimento da venda ilegal de produtos abortivos, respondeu: “ *No Rio de Janeiro, camelôs vendem clandestinamente remédios abortivos. Até na Internet isto acontece. É caso de polícia, uma grave infração à lei.*”

2. O fato determinado para a instalação desta Comissão Parlamentar de Inquérito.

Um agente público, na condição de Ministro de Estado afirmar, publicamente, que tem conhecimento da venda ilegal de substâncias que causam aborto, sem que as autoridades constituídas e o aparelho do Estado, tomem as providências legais e cabíveis para coibir, na forma da lei, a prática de um crime previsto no Código Penal Brasileiro, artigos 124 a 127, é algo inadmissível num Estado Democrático de Direito, em que o respeito à lei atinge a todos, cabendo ao Estado zelar pelo fiel cumprimento da norma. Portanto, o pronunciamento do Sr. Ministro da Saúde, acima descrito, constitui uma denúncia grave de flagrante desrespeito a “ordem legal constituída” e, nesse caso, esta CPI tem sua razão de ser, para aprofundar a denúncia de ilícito penal no que diz respeito a venda indiscriminada de medicamentos abortivos e de outras formas de realização de aborto no Brasil.

3. Outras denúncias relacionadas ao mesmo fato.

Corroborando com a denúncia feita pelo atual Ministro da Saúde do Brasil transcrevemos, abaixo, notícias veiculadas nos meios de comunicação, a saber:

3.1. REVISTA CRIATIVA – GLOBO.COM

Aborto

Mortes clandestinas

Flávia Martinelli e Camila Prado

<http://revistacriativa.globo.com/Criativa/0,19125,ETT609391-2240,00.html>

“... Depois de um ano de namoro, a faxineira Isabel José da Costa ficou grávida. Aos 45 anos, tinha planos de morar com o rapaz. Mas ele a trocou por outra mulher, não quis saber do filho ou qualquer projeto de vida em comum. Desempregada, fazendo bicos como manicure, aos três meses de gestação, Isabel comprou, no mercado negro, quatro comprimidos de um remédio para úlcera chamado Cytotec, famoso por provocar aborto. A venda do medicamento está proibida em farmácias desde 1998 e só hospitais têm permissão do Ministério da Saúde para adquirir. Há Cytotec, no entanto, em bocas de fumo e camelôs por R\$ 50 a cápsula. Sem contar para ninguém, Isabel tomou duas pílulas. As outras duas colocou na vagina, como deve fazer quem quer provocar um aborto, clandestinamente, com esse método. Isabel sangrou sozinha as dores da expulsão do feto”.

3.2. A TARDE ONLINE – CIDADES

25/02/2008 (09:33)

<http://www.atarde.com.br/cidades/noticia.jsf?id=842926>

Vigilância e polícia não fiscalizam a venda de remédio abortivo Cytotec na internet e na feira
Katherine Funke, do A TARDE

Comprar medicamentos abortivos como Cytotec nas ruas de Salvador, em feiras livres ou em sites da internet é bastante fácil apesar de, por lei, o aborto ser permitido no Brasil apenas em caso de estupro e risco à vida da mãe.

Esses medicamentos têm venda restrita a hospitais há oito anos. O Cytotec deixou de ser produzido no País pelo laboratório Pfizer em dezembro de 2003.

Em uma simples busca no Google, é possível identificar mais de 30 opções de vendedores em cidades como Salvador, Recife (PE), Rio de Janeiro (RJ), São Paulo (SP) e Itajaí (SC).

As páginas com os anúncios são hospedadas em sites pouco conhecidos com títulos falsos como “saúde e beleza”, fóruns de discussão e portais que imitam a estética do Mercado Livre (este, um site profissional de compra e venda, que retira do ar todas os anúncios ilegais ou ofensivos).

“Nosso medicamento vem do Paraguai. Somos uma rede e temos dezenas de contatos. Vendemos cerca de 30 kits com quatro comprimidos cada por mês”, contou à A TARDE um dos vendedores, por e-mail.

Os preços variam entre R\$ 200 e R\$ 380 e o envio é feito após depósito bancário. Através de e-mail ou no próprio anúncio, vendedores fazem ainda recomendações de dosagem, conforme a fase da gestação ou o Rh sanguíneo.

Supostamente, quem tem fator positivo teria de ingerir mais do que os que têm fator negativo. Outros vendedores anunciam que o uso deve ser dobrado ou triplicado em caso de reincidência. “Isto é absolutamente não científico, aéctico e perigoso. Como alguém pode indicar dosagem sem avaliar o quadro clínico da paciente? Até mesmo no uso hospitalar não há padronização de doses”, alerta o ginecologista José Luiz Brandão, diretor médico da Maternidade Tsylla Balbino, em Salvador.

A unidade é um dos hospitais da rede pública do Estado que mais recebem mulheres com hemorragia pós-aborto. Luiz Brandão estima que, de cada 20 mulheres atendidas na emergência, 15 ingeriram Cytotec ou outras substâncias abortivas.

Segundo Israel Vasconcelos, gerente hospitalar do laboratório Hebron (concorrente da Pfizer), a facilidade da compra e venda de Cytotec está atrelada ao fato de que, em outros países, o medicamento tem venda livre. “Já me deparei pessoalmente com a presença de Cytotec, de forma ilegal, em farmácias de hospitais”, lamenta Israel Vasconcelos.

O laboratório Hebron produz o Prostokos (misoprostol), medicamento indutor de contrações uterinas com venda permitida para hospitais no Brasil.

O remédio é encontrado em duas formulações: com 25 microgramas, para induzir o parto, e com 200 microgramas, para ajudar a expulsar embriões e fetos sem vida. Nos hospitais, também é usado para auxiliar o útero a expulsar restos fetais e em casos específicos de hemorragias pós-parto.

ESTELIONATO – Além dos riscos para a saúde, o comprador pode ser lesado no bolso. De acordo com a Unidade de Repressão a Crimes Cibernéticos da Polícia Federal, em Brasília, alguns anunciantes praticam o crime de estelionato: recebem o dinheiro, mas não enviam o produto. “São muitos casos assim, mas quem toma esse tombo, por medo de ser preso, silencia”, diz o delegado Adalton de Almeida Martins.

Questionado sobre a grande quantidade de vendedores brasileiros de Cytotec na internet, Martins justifica dizendo que a unidade onde trabalha só tem mais um delegado e dois agentes para todo o Brasil. Mesmo assim, junto com a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa), a unidade retirou do ar 62 páginas de venda no ano passado, e outras 51 em 2006.

3.3. SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO DA UNB

<http://www.secom.unb.br/unbclipping2/2006/cp060315-24.htm>

15/ 03/ 2006 - correio braziliense

Farmácia virtual, remédio ilegal

Cinco pessoas são presas por negociar medicamentos de uso controlado ou venda proibida. Quadrilha

manteve esquema por pelo menos seis meses e atuava no DF,

São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais

Carolina Caraballo

Da equipe do Correio

Durante pelo menos seis meses, internautas interessados em emagrecer, criar músculos e até interromper uma gravidez puderam encontrar perigosos medicamentos na rede mundial de computadores. Em salas de bate-papo, era possível comprar substâncias anabolizantes, abortivas e inibidoras de apetite, além de hormônios – todos produtos de uso controlado ou de venda proibida. A quadrilha responsável pelo comércio ilegal é do Distrito Federal. Depois de um semestre de investigação, agentes da 20ª Delegacia de Polícia, do Gama, prenderam cinco integrantes do grupo na manhã de ontem. Quatro deles são universitários, com menos de 24 anos de idade. Outras duas pessoas envolvidas no esquema devem ser presas até o final da semana.

A quadrilha era encabeçada pela estudante do curso de comunicação social Lúcia Helena dos Santos de Souza, 19 anos. O estudante de direito Paulo Ricardo da Silva de Almeida, 19 anos, ajudava a vender os produtos pela internet. O grupo tinha três fornecedores de medicamentos (confira arte). O vendedor autônomo Fernando Brasil, 29 anos, comprava os produtos em São Paulo e revendia para Lúcia Helena. O filho do dono de uma farmácia do Gama, R.L.R., 23 anos, roubava o pai e também repassava para os medicamentos para a jovem. A polícia prefere não divulgar o nome do rapaz porque ele têm ligações com

outros dois integrantes da quadrilha que estão foragidos.

O terceiro fornecedor era o auxiliar da farmácia do Hospital Santa Lúcia Bruno Cirqueira Saraiva, 22. Ele pegava remédios da instituição e revendia para o grupo. Segundo a assessoria de imprensa do hospital, a diretoria da instituição soube dos furtos pela polícia. “Ninguém desconfiava de nada. Estamos chocados”, lamentou a assessora Noris Lima. Ela confessou que os funcionários responsáveis pelo controle de estoque não deram falta dos medicamentos. “Nosso sistema nunca apresentou problemas. Foi uma fatalidade. Esperamos que a polícia nos informe quais e quantos produtos foram roubados.”

Os bate-papos pela internet eram suficientes para combinar quantidade e tipo do produto, preço e local de entrega. Os interessados nos medicamentos não tinham dificuldade para encontrar os vendedores. O nick, apelido usado pelo internauta em conversas virtuais, deixava claro as intenções da quadrilha. Ao invés do nome do usuário, lia-se “anabolizantes” ou “vendo cytotec”, medicamento usado para o tratamento de gastrite, mas de efeito abortivo. Para clientes do Rio de Janeiro, São Paulo e Minas Gerais, a encomenda chegava pelos correios. No DF, o produto era entregue ao consumidor com a ajuda de motoqueiros. Mas, às vezes, os brasilienses recebiam a encomenda pelos próprios integrantes da quadrilha.

Comprimidos

De acordo com a delegada titular da 20ª DP, Marta Vargas, o grupo chegava a faturar R\$ 6 mil por mês. “Eles não tinham uma variedade muito grande. Eram cerca de 20 tipos de medicamentos”, observou. “A quantidade, no entanto, impressiona. Ainda não listamos os produtos, mas apreendemos pelo menos mil comprimidos de remédios variados.” Os integrantes do grupo afirmaram que o comércio ilegal pela internet existe há seis meses. Mas a delegada acredita que a ação começou há mais tempo. “Seis meses é o tempo que estamos investigando a quadrilha. Queríamos descobrir o papel de cada um”, relatou. “E sabemos que existem pelo menos dois integrantes soltos.”

Os homens do grupo estão presos no Centro de Detenção Provisória. Fernando será autuado por venda de medicamentos nocivos à saúde e pode ficar na cadeia por até três anos. Paulo Ricardo responderá pelo mesmo crime, e também por formação de quadrilha. “Pode pegar até nove anos de prisão, se for condenado”, informou a delegada. “O Bruno será autuado por furto, formação de quadrilha e venda de medicamentos nocivos. Pode ficar até 12 anos na cadeia.” Lúcia Helena está no presídio feminino. Se condenada, poderá cumprir até 15 anos de pena por formação de quadrilha e venda de medicamentos nocivos à saúde. Além dos medicamentos, os policiais apreenderam 10 CPUs, vales postais de compras de diversos valores e um bloco de atestados médicos em branco.

A professora da faculdade de Farmácia da Universidade de Brasília, Patrícia Medeiros, alerta que os medicamentos vendidos pela quadrilha são evitados pelos próprios médicos. “Os profissionais optam cada vez mais por medicamentos que tenham uma margem de segurança grande. Ou seja, remédios que para terem um efeito tóxico precisam ser ingeridos em quantidades enormes”, observou. Para se ter noção dos riscos aos que os usuários estavam expostos, ela explica que o misoprostol, princípio ativo do cytotec, pode provocar a morte do feto dentro da barriga da gestante sem que ele seja expelido. “Isso provoca uma infecção. Além disso, a substância pode causar hemorragias sérias”, comenta.

4. O aborto é também feito em clínicas clandestinas.

Outro fato igualmente grave correlato ao que foi denunciado pelo Ministro da Saúde é a existência, ao arrepio da lei, de clínicas clandestinas para a prática do crime de aborto, que operam em todo o país. Suspeita-se que, nestas clínicas clandestinas, além do uso de substâncias químicas abortivas são utilizadas outras formas de abortamento utilizando instrumentos cirúrgicos como o método da sucção, por exemplo, em que a criança é violentamente esquartejada e depois sugada através de um aparelho próprio para esta forma de realizar um aborto.

Em 2007, a TV Globo, no Jornal da Noite, apresentou para todo o país o flagrante do “estouro” de uma clínica de aborto em Campo Grande, Mato Grosso do Sul, em que uma médica durante muitos anos realizou a prática criminosa do aborto em domicílio onde se lia à sua entrada a referência “clínica de planejamento familiar”. Outras denúncias vieram depois, pelos meios de comunicação, em outros Estados, mas, até hoje, apesar dos

inquéritos policiais instalados, efetivamente, nenhum processo efetivamente transitou em julgado, até o presente momento, o que leva a população a um sentimento de impunidade generalizada. Vejamos, a seguir, algumas denúncias veiculadas pelos meios de comunicação.

4.1. GLOBO.COM – PORTAL GI

11/04/2007 - 08h42 - Atualizado em 11/04/2007 - 10h31

Clínica de aborto tem até psicóloga em MS

'Jornal da Globo' flagrou atendimento

“A discussão sobre o aborto voltou à tona depois que o Senado aprovou a proposta de um plebiscito sobre a legalização desse procedimento. O texto ainda deve passar pela Câmara. O assunto é polêmico. A legislação brasileira permite o aborto apenas em casos restritos: quando há risco para a mulher ou quando a gravidez decorre de estupro. Apesar disso, algumas clínicas fazem esse procedimento clandestinamente. O "Jornal da Globo", da TV Globo, flagrou o atendimento em uma unidade de Campo Grande (MS).

A placa na fachada de uma clínica no centro de Campo Grande anuncia um serviço de planejamento familiar. Por telefone, a atendente evita dar detalhes sobre o procedimento. "Você vem à consulta. A doutora vai tirar todas as dúvidas", diz ela.

A equipe de reportagem entra clínica com uma microcâmera. Depois de preencher uma ficha, a recepcionista, que evita a palavra "aborto", diz que o valor do "procedimento" é calculado de acordo com o tempo de gestação. "Cada período tem o seu preço. Só a consulta é R\$ 120", informa.

Uma outra atendente da clínica recebe antecipadamente o valor da consulta e emite nota fiscal. Depois, os repórteres são recebidos por uma psicóloga, que diz que trabalha na clínica há um ano e é responsável por fazer a triagem das pacientes que querem interromper a gestação. "A mulher chega para fazer um aborto, mas na verdade ela está sendo coagida, né? O namorado não quer, o marido não quer. Na grande maioria das vezes é um amante, entendeu?", diz.

Orientação sexual

Sobre a atividade na clínica, a psicóloga considera um trabalho de orientação sexual. "Tenho esse trabalho aqui de orientação sexual, de orientar para que não engravide novamente. Inclusive, se quiser colocar o DIU, a doutora coloca. Nesse mesmo valor, sem oneração nenhuma."

Durante a conversa, a repórter quer saber como é feito o aborto. E a psicóloga explica: "Coloca-se cânula dentro do útero, e faz-se uma aspiração. Dentro da clínica, você vai ficar umas três horas".

No fim da consulta, a psicóloga diz quanto custa fazer um aborto na clínica. "O valor do procedimento é de R\$ 5.000."

A versão da clínica

Por telefone, o "Jornal da Globo" tentou falar com a mesma psicóloga. Ela não quis receber a equipe e afirmou que não trabalha mais na clínica.

A reportagem foi recebida pela responsável pela clínica de planejamento familiar. Durante a entrevista, a médica Neide Mota Machado confirma que pratica aborto. Ela defende que o trabalho que realiza há quase 20 anos é uma forma de evitar que mulheres que não querem mais a gravidez se arrisquem ao fazer o procedimento numa clínica que não ofereça a assistência médica adequada. "Se elas não têm onde fazer bem feito, elas vão fazer mal feito e vão morrer! Esse é o X da questão", disse a médica.

A médica sabe que a prática da clínica é ilegal. "Não é questão de deixar na ilegalidade que vai mudar a situação. O que tem que se fazer é legislar a favor!", defende.

Crime

Praticar aborto nos casos não previstos em lei é crime previsto no Código Penal. O médico está sujeito a pena que varia de um a oito anos de prisão.

O principal problema em relação aos procedimentos ilegais é a falta de condições adequadas, que pode acarretar em danos para a gestante. Na terça-feira (10), foi enterrada em Belém (PA), Rosângela Oliveira Silva, de 30 anos. A polícia paraense diz que ela se submeteu a um aborto na casa de uma técnica de enfermagem, sofreu complicações e chegou ao hospital morta”.

4. 2. GESTANTE DELATA CLÍNICA DE ABORTO

<http://www.clicrbs.com.br/jornais/zerohora/jsp/default2.jsp?uf=1&local=1&edition=5383&template=&start=1§ion=Geral&source=Busca%2Ca1117192.xml&channel=9&id=&titanterior=&content=&menu=23&themeid=§ionid=&suppid=&fromdate=&todate=&modovisual=> Zero Hora, Porto Alegre, 21 de março de 2006

Policiais detiveram pacientes e funcionárias e apreenderam material
GISELE LOEBLEIN/ Agência RBS

“...A delação feita por uma grávida levou policiais da Delegacia de Homicídios e Desaparecidos a um consultório onde funcionava uma clínica de aborto, no bairro Independência, em Porto Alegre. Os agentes cumpriram, na manhã de ontem, mandado de busca e apreensão no local. Seis mulheres foram detidas, e o material apreendido foi encaminhado à perícia.

Na sexta-feira, a mulher foi levada pelo ex-companheiro até a clínica. Preço e procedimento foram acertados. O valor, que seria pago em dinheiro, ficou em R\$ 700. O acerto foi feito com a secretária:

- O que mais me irritou é que ela (a secretária) viu que eu não queria fazer o aborto, mas continuou tratando do assunto com ele (o ex-companheiro), como se não fosse meu corpo - contou a mulher.

Grávida de um mês e meio, ela resolveu procurar a delegacia. Ontem pela manhã, na companhia de uma policial que se fez passar por amiga, a mulher retornou à clínica. Questionada pela policial se a gestante sofreria algum corte, a secretária respondeu:

- Não tem corte algum, é sucção.

Quando os policiais chegaram, a secretária, outra funcionária e uma paciente estavam no local. Um médico do Departamento Médico Legal acompanhou a operação de busca e apreensão, para verificar os materiais encontrados. Entre os itens estavam uma bomba a vácuo e uma sonda que, combinados, podem ser usados para sucção do feto. No início da tarde, outras três mulheres que procuraram a clínica também foram detidas. O médico responsável não foi localizado. A entrada do consultório era monitorada por um circuito interno de câmeras.

Foram apreendidos uma agenda com folhas rasgadas, medicamentos, entre eles o Metergim (usado para conter sangramento uterino), bomba a vácuo, sonda, pinça e medidor de profundidade uterina. O alvará de saúde indica "consultório médico sem procedimentos invasivos". Não há placa, e o cartão de visitas informa o nome do médico.

O delegado Juliano Ferreira pediu a interdição da clínica. As pacientes e as funcionárias serão indiciadas, mas responderão em liberdade. O delegado deve solicitar a prisão do médico responsável”.

4.3. O GLOBO ONLINE – PAÍS

Publicada em 21/09/2007 - 08h45m

Flagrante

Polícia estoura clínica clandestina de aborto em Goiânia

Publicada em 21/09/2007 às 08h45m

GloboNews TV

“GOIÂNIA - A polícia estourou uma clínica clandestina de aborto, em Goiânia. O médico responsável, Antonio Carlos da Silva, que é reincidente no crime, foi preso com outras seis pessoas. A polícia acredita que ele fizesse, pelo menos, dois abortos por dia.

A polícia monitorou a movimentação na clínica durante dois meses. Para ter certeza que o local funcionava como uma clínica clandestina de aborto, duas agentes foram até lá, se passando por cliente e acompanhante. O acerto foi filmado por uma microcâmera da polícia. A estufa de esterilização ficava na cozinha e a sala de cirurgia era improvisada em um dos cômodos da casa.

- Pelo fato de ele estar praticando um aborto, com consentimento da gestante, o artigo 126 impõe a ele uma pena de reclusão de um a quatro anos - afirma o delegado Kleiton Manoel Dias.

Esta não é a primeira vez que Antonio Carlos foi preso. Em 2003, o médico foi flagrado preparando uma jovem para o aborto, em uma clínica em que ele mantinha na mesma região. O médico chegou a ser cassado pelo Conselho Regional de Medicina (CRM), mas conseguiu anular a decisão na Justiça.

- Ele está exercendo a função ilegalmente e está cometendo dois crimes: um do exercício ilegal da medicina e o outro da prática do aborto, que é uma infração ética e é um crime - diz Salomão Rodrigues, presidente do CRM-GO”.

4.4. PORTAL DO CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA DE MINAS GERAIS

http://www.crmmg.org.br/Noticias/Saude/news_item.2007-05-07.9858345060

Clínica clandestina em BH
Hoje em Dia – 07/05/2007
Luciana Neves e Mateus Parreiras
REPÓRTERES

“O soar da campainha, acionada por entre as grades de um portão de metal, precede a abertura da porta de madeira do casarão antigo, que aparentava estar abandonado. Do interior iluminado, surge um homem vestindo longo jaleco branco com brasões médicos, de sapato branco, calça jeans e camisa escura. Ao se aproximar, depois de destravar eletronicamente o portão metálico, revela ser homem de semblante cansado, de uns 40 anos, desleixado, com cabelos negros e corte de cantor sertanejo. Ele permite que o casal entre, convida-o a se assentar lado a lado em um banco e, de forma direta, confere: ½Você já tem ultra-som?”.

A pergunta do suposto médico não deixou dúvidas de que naquele casarão antigo, localizado na Rua Alvarenga Peixoto, próximo à Avenida Amazonas, no Bairro Santo Agostinho, Região Centro-Sul de Belo Horizonte, funciona uma clínica clandestina de aborto. A constatação foi da equipe do HOJE EM DIA, que, na última sexta-feira, esteve no endereço. Passando-se por um casal de amigos em busca de um local para que uma sobrinha imaginária, 18 anos, grávida de dez semanas, pudesse interromper a gestação, os repórteres foram recebidos por ½doutor Cássio”.

“Surpresa com a objetividade do aborteiro, a jornalista disse que o procedimento seria para uma sobrinha, com ovário policístico - que impede a regularidade da menstruação - e que ela já tinha o exame. ½De qualquer forma eu faço o ultra-som aqui. O aborto é feito por meio de sucção, com uma cânula de metal. Funciona como um aspirador e eu acompanho pelo ultra-som. Não termina enquanto não sugar tudo. Não é demorado. É feito em 10 minutos e ela sai andando”, assegurou. A gravidez avançada não seria impedimento. ½Aqui fazemos até os três meses. Já quer deixar marcado? São R\$ 2 mil, em dinheiro. Posso até abaixar o preço, mas não depende de mim. Sou contratado, não dono”, apressou-se em informar o profissional.

“A anestesia é local. O ½bloco cirúrgico” e os instrumentais utilizados não são vistos pelo paciente. Apenas no horário marcado para o procedimento, a pessoa tem acesso à sala, mas não é permitido acompanhante. Se houver, terá que aguardar do lado de fora. ½É tudo esterilizado ou descartável”, garantiu o suposto médico, que afirma fazer tudo sem ajuda de outros profissionais.

“A discrição ainda pode ser observada do lado externo da clínica, o que chega a hesitar clientes em potencial. ½É proposital a aparência de abandono...”, afirmou ½doutor Cássio”, subentendendo a importância de driblar qualquer fiscalização. No imóvel, há apenas uma campainha do lado de fora, com orientação para tocá-la. Na parte interna, próximo à calçada, outra placa indica o número de um celular para marcação de consulta. O aborto pode ser feito a partir das 6h30, em dias combinados, inclusive aos sábados.

“O temor de uma possível complicação é amenizado pelo ½doutor”. ½Não tem como ter hemorragia. Não faço cortes ou perfurações. Não encosta na parede do útero. Vai direto na estrutura onde fica o embrião. Mas se houver qualquer problema, temos condições de resolvê-lo. Por isso temos limites”, assegura.

Endereços estão sempre mudando

Encontrar uma clínica clandestina de aborto em Belo Horizonte não tem sido uma tarefa fácil. Para driblar possíveis fiscalizações, as mudanças de endereço são rotineiras, mas os aborteiros contam com uma rede informal de contatos e com a tolerância de alguns médicos e ginecologistas. As dicas geralmente são dadas por amigos de amigos cujas namoradas recorreram ao método, empregadas domésticas e outras conexões informais e dispersas. Além disso, tais estabelecimentos se tornaram mais raros, devido à larga utilização de

remédios abortivos, como o Cytotec, e fórmulas caseiras.

Para encontrar uma clínica ainda ativa, a reportagem percorreu, durante uma semana, quatro prováveis endereços na capital indicados por antigos pacientes. Da região da Savassi, nos bairros de Lourdes e Santo Agostinho, os aborteiros haviam se mudado. No entanto, uma permanecia em funcionamento neste último bairro. Ginecologistas consultados, informalmente, disseram desconhecer colegas que faziam abortos, e preferiram a imparcialidade, sem apoiar ou demover a gestante diante da sua decisão.

O diretor científico da Sociedade Brasileira de Ginecologia e Obstetrícia de Minas Gerais (Sogimig), Frederico Péret, ressaltou que a perfuração do útero e uma conseqüente infecção são as principais complicações provocadas pelo aborto feito em clínicas clandestinas. “Muitas vezes pode ocorrer a retirada incompleta do feto, o que leva a graves infecções. Outro problema é a perda da capacidade reprodutiva”. Frederico Péret afirmou que o risco de complicação decorrente da interrupção da gestação é maior quanto mais adiantada for a gravidez.

A membro do Conselho Regional de Medicina (CRM) de Minas Gerais, ginecologista Vera Ceravolo, considerou “irresponsáveis” profissionais que se dispõem a interromper a gravidez de forma ilegal. “O médico que aprende a fazer aborto nessas clínicas é o pior profissional, especializado em morte e não em salvar vidas. Se denunciado, ele é investigado e pode até perder seu CRM”, afirma. A assessoria do CRM informou não poder divulgar a quantidade de médicos investigados pela prática, alegando sigilo judicial. Também a Polícia Civil de Minas Gerais não dispõe de dados sobre mulheres que abortaram em clínicas ou detenção de médicos que praticaram o aborto de forma criminosa”.

5. Esta CPI propiciará as investigações necessárias e urgentes.

A sociedade brasileira há muito reclama da impunidade que impera em nosso país em todos os setores da vida nacional. A conivência com a prática criminosa do aborto não foge a esta regra. As denúncias são feitas e nada é apurado deixando os criminosos absolutamente livres para perpetuar a prática de assassinar as crianças no útero materno, além de promover a morte de mulheres em razão de abortos realizados em condições inadequadas. Advogar a legalização do aborto como quer setores minoritários da população, não é solução para a impunidade reinante em nosso país. O que se deve fazer é investigar profundamente as denúncias e fazer valer a aplicação da lei, atinja a quem atingir.

Esta Comissão Parlamentar de Inquérito visa investigar profundamente o crime de aborto no Brasil e propor as soluções para acabar com a impunidade dos criminosos.

Sala das Sessões, em _____ de _____ de 2008.

Deputado Federal Luiz Bassuma/BA

Deputado Federal Miguel Martini/MG

Deputado Federal Pastor Manoel Ferreira/RJ

